

O IMAGINÁRIO CONSERVADOR SE REVELA

SONIA FLEURY¹

Para qualquer um de nós que viveu a experiência da ditadura seria mais que alentador pensar na possibilidade de termos uma eleição presidencial na qual competissem candidatos dos partidos mais modernos e engajados na luta pela democracia, pela modernização social e pelo desenvolvimento, tais como o PT, o PSDB e o PV. Seria a vitória do pensamento progressista, em seus vários matizes, contra as forças retrógradas que subordinaram a sociedade brasileira secularmente a uma política patrimonial, elitista e excludente, levando-nos à deplorável situação de desigualdade social em que nos encontramos até hoje.

No entanto, a situação que se configurou nesta conjuntura eleitoral de 2010 demonstrou que a modernização conservadora continua sendo nosso padrão articulador das relações sociais, políticas e econômicas. Trata-se de uma transição sem rupturas, que preserva as relações tradicionais de poder mesmo em uma nova conjuntura, com atores modernos e progressistas, que terminam por fazer ajustes marginais e permitir a continuidade do eixo tradicional do poder.

A ausência de candidatura própria dos partidos mais fisiológicos que agregam os interesses sociais contrários às mudanças mais radicais, nas esferas econômica, política e social, apenas demonstra que para que tais interesses se realizem não é necessário o desgaste de uma candidatura própria, com exposição nacional dos podres do fisiologismo e das apropriações indevidas de recursos públicos. Melhor situação para a preservação dos interesses continuístas é manter alianças com partidos modernos, com novas lideranças, capturando-os em seguida por meio das maiorias congressuais das quais passam a depender para governar.

Mesmo que esse jogo de poder já seja bastante discutido, com a crescente conscientização de que só será possível escapar desta armadilha por meio de uma reforma política que vem sendo sucessivamente adiada, não era de se esperar que as eleições de 2010 fossem ser caracterizadas como aquelas em que não houve discussão política, não se apresentaram projetos alternativos, não houve o confronto de idéias e nem mobilização social.

Até mesmo a mensagem enviada pelos eleitores ao apoiar Marina Silva terminou por ter menos impacto do que era esperado, mesmo que o tema da sustentabilidade do desenvolvimento tenha sido deixado por ela para ser incluído no segundo turno na agenda dos demais candidatos. Afinal, ao votar nesta candidata muitos eleitores buscaram expressar seu repúdio a um tipo de política tradicional que termina por fazer do Estado um botim a ser distribuído entre aliados, ao invés de usar o Estado para transformar esta realidade. Havia também o rechaço ao formato atual das campanhas políticas, cada vez mais determinadas pelos marqueteiros e menos pelo Partido e seus militantes. O resultado final, apesar de envolver cifras milionárias, é deplorável, com os

¹ Doutora em Ciência Política, Professora Titular da EBAPE/FGV onde coordena o PEEP- Programa de Estudos da Esfera Pública

candidatos cada vez mais insossos, discursos inócuos, propostas eleitoreiras e microscópicas. A desdita de McLuhan acerca de que “o Meio se transformaria em Mensagem” ganhou materialidade nas campanhas nacionais, nas quais a exposição nos meios de comunicação substituiu o comício, os marqueteiros ao partido, os financiadores aos militantes e por fim, fortaleceu ainda mais a praga da aliança não programática, com vistas apenas a aumentar o tempo da coligação no horário eleitoral gratuito.

Mesmo assim, ninguém poderia imaginar que esta eleição presidencial fosse trazer à tona o imaginário conservador de uma sociedade que se percebe como para lá de moderna.

A sociedade brasileira se vê como uma sociedade livre de tabus e estereótipos, aberta a inovações de costumes e às novas influências. É com prazer que reconhecemos nosso canibalismo cultural que se revela de maneira flagrante nos restaurantes de comida a quilo, nos quais misturamos sem pudor o tradicional arroz com feijão e farofa com sushis e sashimis, além de outras iguarias já assimiladas ao cardápio nacional, como o estrogonofe.

Se as telenovelas são nossa crônica de costumes diária - unindo na mesma emoção crianças e idosos, patrões e empregados, altos funcionários e desempregados – é ali que encontramos uma imagem especular de uma sociedade aberta, onde adultos e jovens sensuais, sejam eles mães, pais, filhas ou filhos, disputam os mesmos parceiros, em um turbilhão de relações amorosas nas quais casamentos se dissolvem em um minuto para aparecerem como uma nova e inusitada estrutura familiar no momento seguinte.

No entanto, na disputa pela Presidência da República ficou patente a revelação de uma sociedade extremamente conservadora, que pretende subordinar o exercício do poder político a ditames religiosos. Para se eleger presidente no Brasil do século XXI é necessário afirmar publicamente e com contrição a crença religiosa além de uma trajetória de intensa dedicação às práticas e cerimoniais religiosos, e, fundamentalmente, de se declarar pela defesa da vida e pela condenação e execração do aborto e daqueles que o defendem. Nunca havia imaginado que ao não ter batizado minha filha terminei por condená-la a não poder exercer um cargo eletivo neste país, ainda que esta regra não seja constitucional!

As duas auto-imagens nacionais mencionadas acima se contradizem de tal maneira que instigam a imaginação sociológica em busca de uma solução para esse enigma. Afinal, de que sociedade estamos falando, quando nos referimos aos brasileiros e brasileiras? Daquela que trata a sexualidade de forma aberta e despudorada a cada início de nossos repousos vespertinos no seio do lar, ou daquela que “apedreja” de forma simbólica aquelas que praticam e/ou defendem o direito das mulheres a decidir sobre a continuidade da gravidez indesejada?

Na medida em que a questão do aborto se tornou o eixo central da discussão apolítica nacional, precisamos refletir sobre este fato e entender como tem sido tratado, de forma a revelar o imaginário de uma sociedade fundamentalista, capaz de retirar seu apoio político àqueles dirigentes que se manifestem de forma desviante do código de conduta prescrito pelas ordens religiosas.

Os dados do Ministério da Saúde revelam uma situação totalmente diferente, mostrando que entre 1995 e 2007, o SUS fez três milhões de curetagens no Brasil, em consequência de abortos inseguros, que terminaram matando uma mulher a cada dois dias no país. Não restam dúvidas que este é um dos maiores problemas de saúde pública que NÃO enfrentamos. Ao contrário, o cobrimos com o véu do fundamentalismo religioso e nos recusamos a discutir o que devemos fazer para enfrentá-lo com políticas públicas eficazes, pois tememos que isto represente uma ameaça à constituição e manutenção da família brasileira. Seria cômico se não fosse trágico, pois leva à morte milhões de mulheres.

Outra expressão do conservadorismo nesta campanha se manifesta na propaganda dos dois candidatos que chegaram ao segundo turno. Trata-se do machismo. Por um lado, o candidato da oposição procura mostrar que a candidata da situação é uma mera marionete do Presidente Lula, somente capaz de decorar o texto que lhe encomendaram. Desconsidera assim sua trajetória de líder de um grupo de esquerda que combatia aguerridamente a ditadura, sua experiência como secretária estadual de fazenda, sua recente posição de ministra da Casa Civil, que é hoje quase um lugar de primeiro-ministro. Em todas estas posições ela rompeu tabus e impôs-se como profissional competente, o que mostra que a tentativa de desqualificá-la como um artefato fabricado pelo Presidente não passa mesmo de machismo. Surpreendentemente, a campanha da candidata afirma que como mulher ela é generosa e vai olhar pelos outros, ser uma mãe para o Brasil. Novamente, o machismo se faz presente!

Por fim, as denúncias de corrupção não foram capazes de levar os candidatos a aprofundarem o necessário debate sobre a modernização do Estado e de sua relação com a sociedade. Afinal, não se trata de substituir um dirigente mal-intencionado por outro bem-intencionado, pois o problema da corrupção vai além do caráter. Trata-se de um problema sistêmico no Estado brasileiro, que ou se submete ao controle social, abrindo suas contas e processos decisórios ao escrutínio dos que os elegeram, ou continuará a favorecer a corrupção.

Governar o Estado não é tarefa para anjos, é para seres humanos nos quais a sociedade depositou sua confiança e seus votos para representá-la e prestar um serviço à sociedade, portanto devem render contas de seus atos de forma transparente e aberta, no dia a dia do governo, não apenas a cada 4 anos.